

“OS XUCURUS DE PALMEIRA DOS ÍNDIOS””: REFLEXÕES A PARTIR DA TESE DO PROFESSOR CLÓVIS ANTUNES**“THE XUCURUS OF PALMEIRA DOS ÍNDIOS””: REFLECTIONS TO FROM THE THESIS OF PROFESSOR CLOVIS ANTUNES****Adauto Santos da Rocha¹**
adautorocha49@gmail.com**RESUMO**

Em 1965, o professor Clóvis Antunes escreveu uma Tese para o Concurso de Catedrático do Exército, para lecionar na “Cadeira de Ciências e Biologia” na Universidade Federal de Alagoas (UFAL), em Maceió. O texto é um importante documento para a compreensão dos processos históricos vivenciados pelo povo indígena Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios/AL a partir de 1952, com a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Semiárido alagoano, sob a incumbência do Posto Indígena Irineu dos Santos, instalado na Aldeia Fazenda Canto. No decorrer do artigo, refletimos acerca da mencionada produção acadêmica como um importante subsídio para compreendermos os meandros político-institucionais envolvidos no processo do aldeamento indígena em Palmeira dos Índios na segunda metade do século XX, enfocando aspectos fundiários, socioculturais e políticos. Buscamos analisar a citada Tese a partir de documentos disponíveis no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL) e no acervo do Museu do Índio, localizado no Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Xukuru-Kariri. Posto Indígena Irineu dos Santos. Aldeia Fazenda Canto. Etnografia.

ABSTRACT

In 1965, Professor Clóvis Antunes wrote a Thesis for the Army Professor's Competition, to teach in the "Chair of Science and Biology" at the Federal University of Alagoas (UFAL), in Maceió. The text is an important document for the understanding of the historical processes experienced by the Xukuru-Kariri indigenous people in Palmeira dos Índios/AL from 1952, with the performance of the Indian Protection Service (SPI) in the Alagoas Semi-arid, under the task of the Irineu dos Santos Indigenous Post, installed in the Fazenda Canto Village. In the course of the article, we reflected on the aforementioned academic production as an important support to understand the political-institutional intricacies involved in the process of indigenous village in Palmeira dos Índios in the second half of the twentieth century, focusing on land, sociocultural and political aspects. We seek to analyze the aforementioned thesis from documents available in the collection of the Research Group on Indigenous History of Alagoas (GPHIAL) and in the collection of the Indian Museum, located in Rio de Janeiro.

Keywords: Xukuru-Kariri. Irineu dos Santos Indigenous Post. Village Fazenda Canto. Ethnography.

¹ Mestre em História pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG).

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Em 1952, o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), interpelado em um documento enviado pelo Cacique Alfredo Celestino sobre a falta de assistência estatal com os indígenas Xukuru-Kariri, designou o Inspetor Deocleciano de Souza Nenê para representar a 4ª Inspeção Regional do SPI (IR-4), sediada no Recife/PE, na escolha e aquisição de uma faixa de terras destinada à criação de um espaço para aldear famílias indígenas selecionadas pelo mencionado Cacique².

Um mês após a solicitação, Monsenhor Alfredo Dâmaso, então Pároco em Bom Conselho/PE, esteve em Palmeira dos Índios para intermediar as negociações com o órgão indigenista, pois, acumulara experiências no reconhecimento étnico indígena desde as primeiras décadas do século XX, quando atuou entre os indígenas Carnijó/Fulni-ô para instalação do Posto Indígena Dantas Barreto em Águas Belas, interior de Pernambuco, e no reconhecimento dos Kariri-Xocó, habitantes em Porto Real do Colégio, Alagoas³.

Vindo do Recife em maio de 1952, Deocleciano de Souza Nenê buscou inteirar-se da estrutura política em Palmeira dos Índios e, ao passo em que se apresentava como Inspetor do SPI, reunia materiais necessários à elaboração de um relatório, entregue ao Diretor do órgão indigenista, José Maria da Galma Malcher, no decorrer do mencionado período. O material escrito pelo Inspetor constitui-se em importante documento para compreendermos os meandros institucionais e os arranjos fundiários durante a formação da Aldeia Fazenda Canto.

No dia em que chegou à Maceió, o Inspetor deslocou-se à Palmeira dos Índios e procurou “tomar conhecimento de tudo”, contatando indígenas vivendo nos “arrabaldes” da cidade e, com maior entusiasmo, conversando com o Cacique Alfredo Celestino, representante Xukuru-Kariri e requerente da assistência estatal. Depois da breve visita aos bairros periféricos habitados pelos índios, Nenê foi com Alfredo Celestino à “Chácara Fazenda do Snr. Manoel Sampaio Luz, mais conhecido por “Seu Juca Sampaio””, Prefeito Municipal:

Cheguei em Palmeira dos Índios no mesmo dia 15 que parti da Capital [Maceió]. No dia seguinte não obstante ser domingo, procurei tomar conhecimento de tudo, e já tive contacto com alguns índios, entre eles [...] Alfredo Celestino da Silva, Chefe dos índios que por ali vivem na cidade e seus arrabaldes. A tarde desse dia tomei um Auto e fui até a Chácara Fazenda do Snr. Manoel Sampaio Luz, mais conhecido por “Seu Juca Sampaio”, atual prefeito municipal o vendedor da fazenda “Canto”, tendo ainda nesse mesmo

²Ver (Antunes, 1973, p. 76).

³Ver (Bezerra, 2020).

dia contacto com outras pessoas da situação atual como sejam: João Neto, Aristeu Cavalcante, Vereador a Câmara Municipal, e outros, obtendo desde logo, muitas informações interessantes sobre os índios Xucurús dali⁴.

A nosso ver, o contato com outros atores sociais na residência do então Prefeito colocou em suspeição os interesses do órgão indigenista, na medida em que se aproximava dos representantes políticos municipais e se distanciava da participação indígena no processo, considerando uma suposta passividade do Cacique Alfredo Celestino, que não foi consultado pelo Inspetor Nenê na ocasião da ida à “Chácara Fazenda” do “Seu” Juca Sampaio. No relatório, o Inspetor considerou o indígena como “curioso” nas tratativas fundiárias, conforme escreveu:

Alfredo Celestino não se afastou mais de mim, curioso, atento a ouvir e presenciar tudo, e também me prestou muitas informações importantes. No dia 21, em animal arreado cedido por “Seu Juca”, junto com um camarada servindo de guia, apesar de ser já tarde, 15 horas, seguimos a visita a fazenda “Canto”, demorando uma hora para chegar na sede da referida fazenda, e que por ser assim tarde, pouco tempo tive para observar bem, servindo, no entanto para ter uma orientação da situação da fazenda, voltando ao anoitecer para a Cidade, levando, isto é, gastando uma hora de viagem, pelo que calculei ter de 8 a 9 Ents pouco mais ou menos de distância, em virtude de andarmos ligeiro⁵.

A inusitada posição imputada ao representante Xukuru-Kariri demonstrava o lugar reservado aos indígenas no encontro entre o Estado e a esfera política local em Palmeira dos Índios, assim como um pesquisador discutiu:

Os encontros do inspetor com esses representantes do poder local aconteceram numa tarde de domingo em companhia do Cacique Alfredo Celestino que, segundo Nenê [...]. Desta forma, a sociedade palmeirense estava sendo representada, ao que parece com poder de decisão, enquanto que o índio apenas acompanhava os encontros. Havia um lugar reservado ao índio e ele independia da condição de terem iniciado o processo em questão; era como se não fossem sujeitos do processo. A construção daquele campo de ação indigenista tinha como pré-requisito o consentimento dos representantes formais da sociedade branca. Sobre a construção do campo de ação indigenista, Martins chama a atenção para a presença/atuação de agentes de contato (índios, religiosos e políticos) na sua formação e, conseqüentemente, no reconhecimento do grupo (SILVA JÚNIOR, 2013, p. 78-79).

⁴Relatório enviado por Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor da IR-4, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI. Palmeira dos Índios, maio de 1952. Disponível no acervo do GPHIAL/UNEAL, Campus III, Palmeira dos Índios.

⁵Relatório enviado por Deocleciano de Souza Nenê, Inspetor da IR-4, ao Sr. José Maria da Gama Malcher, Diretor do SPI. Palmeira dos Índios, maio de 1952. Disponível no acervo do GPHIAL.

Para findar os desígnios da visita à Palmeira dos Índios, Nenê, mais uma vez em cavalo cedido por Juca Sampaio, visitou os bairros periféricos na cidade e a escola que atendia às demandas indígenas, além de fazer várias fotografias, anexas ao relatório enviado à IR-4. Na ocasião, além de ter se alimentado de frutas produzidas pelos indígenas, como: jaca, umbu, pinha e bananas maçã e após conhecer algumas plantações de café, concluiu que os índios viviam “apertados”, “sem expasso, sem lugar até para uma hórta”. O precário estado sanitário indígena também foi citado pelo Inspetor, pois encontrou:

Alguns doentes, entre eles o índio Antonio Ferreira Bruno, de 65 anos (informado por ele mesmo), que estava sem andar de feridas nas pernas, e uma sua netinha Marlene de 10 anos com os olhos todo inflamados, os quais providenciei médico e medicamentos, conforme telegrafei no dia 6, tendo dispendido Cr\$ 645, 00, conforme recibos juntos, assinado pelo Snr. Dr. Remy Maia⁶.

Com a aquisição da propriedade do então Prefeito de Palmeira dos Índios, Manoel Sampaio Luz (Juca Sampaio)⁷, ocorreu a formação da Aldeia Fazenda Canto e o aldeamento de 13 famílias indígenas Xukuru-Kariri que haviam se dispersado em fins do século XIX, após a extinção oficial dos aldeamentos em Alagoas. O apoio do Monsenhor Alfredo Dâmaso no reconhecimento étnico dos indígenas no Semiárido alagoano reforçou as estruturas de controle e gerência dos territórios indígenas pela Igreja Católica Romana.

No prédio em que foi construído o templo católico romano na Fazenda Canto, funcionava, com precariedade, a escolarização dos Xukuru-Kariri aldeados. O Padre holandês Ludgero Raaijmakers, indicado pelo Monsenhor Alfredo Dâmaso para gerir a Igreja da Aldeia, solidificou uma política assistencialista e ampliou sua interferência na gestão administrativa na Fazenda Canto quando assumiu a direção do Colégio Pio XII, localizado na zona urbana de Palmeira dos Índios⁸.

Em uma festividade realizada no Colégio Pio XII em 1958, por exemplo, o religioso fomentou a doação financeira por várias pessoas para a construção do templo da Igreja Católica Romana na Aldeia Fazenda Canto, usando como artifício a presença de indígenas Xukuru-

⁶Ibidem.

⁷A junção entre as malhas políticas Federal e Municipal em Palmeira dos Índios resultou na aquisição de 346 ha para a formação da Aldeia Fazenda Canto. Ao longo do processo de repasse territorial, a propriedade ficou com apenas 276 ha, forçando os deslocamentos indígenas para atividades sazonais fora da Aldeia, fruto da reduzida possibilidade de aquisição alimentícia com as práticas agrícolas na localidade. Os processos migratórios também ocorreram em razão de outras motivações e em distintos contextos sociais, conforme foram discutidos em outro texto. Ver (Rocha, 2020).

⁸Ver (Martins, 1994, p. 39).

Kariri que, na ocasião, “dançaram” o toré para os presentes, inclusive para personalidades que prestigiavam o evento, conforme foi registrado em um “Aviso” do Posto Indígena Irineu dos Santos:

O Padre Ludgério, Diretor do Colégio Pio XII, na cidade de Palmeira dos Índios (Alagoas), numa festa religiosa que organizou e com a presença de alunos da escola do S.P.I., do Posto Irineu dos Santos, arranjou sessenta mil cruzeiros (Cr\$ 60.000, 00); em cuja festa um grupo dos remanescentes do dito Posto Indígena dançou sua dança tradicional, ou seja o toré, diante do público; igualmente os alunos e alunas dançaram “Pastoril”. A referida importância acima, está o Padre empregando na construção de uma capela (igreja) dentro da propriedade do mencionado Posto dos remanescentes “Cariri”⁹.

Sob a gestão do Padre Ludgero, outros párocos da Igreja Católica Romana lecionaram no Colégio Pio XII e, gradativamente, conheceram a situação dos Xukuru-Kariri aldeados no Posto Indígena Irineu dos Santos. Natural de Jaboatão dos Guararapes, zona metropolitana do Recife/PE, o então sacerdote Clóvis Antunes Carneiro Albuquerque atuou como Professor Secundário na referida instituição de ensino entre 1962 e 1963.

CLÓVIS ANTUNES E O LONGEVO CONTATO COM OS XUKURU-KARIRI.

Falante fluente em inglês, Clóvis Antunes aproximou-se dos Xukuru-Kariri na Aldeia Fazenda Canto quando o Smithsonian Institute of Linguistic, sediado em Washington, nos Estados Unidos da América, enviou um linguista para catalogar o vocabulário dos aldeados e o convidou para ser voluntário no projeto como interprete¹⁰, contato que contribuiu para os retornos do professor à aldeia em momentos posteriores.

Ao longo do período de atuação como professor do Colégio Pio XII, Clóvis Antunes fez importantes registros fotográficos sobre o cotidiano dos Xukuru-Kariri, enfocando as difíceis condições de vida e estado sanitário. Em uma precária estrutura feita de taipa, coberta com telhas e palhas e chamada de “mocambo”, o professor registrou a habitação de uma numerosa família indígena, conforme a imagem abaixo:

⁹Aviso do Posto Indígena Irineu dos Santos à Inspeção Regional 4. Palmeira dos Índios, 31 de dezembro de 1958. IR-4/069, Posto Indígena Irineu dos Santos, Serviço de Proteção aos Índios. Museu do Índio/Rio de Janeiro/Sedoc. Caixa 165. Planilha 03, fotograma. 86.

¹⁰Poder Judiciário. Justiça Federal. Seção Judiciária do Estado de Pernambuco. Termo de audiência de instrução e julgamento ouvida de testemunha. Carta precatória n° 91.9622-9 (referente ao processo de Usucapião n° 87.17339-8). Recife: 04/09/1992. Disponível no acervo do GPHIAL.



Imagem 1: “Neste mocambo mora uma família com seis filhos. Palmeira dos Índios-AL”. S/d.

Foto: Clóvis Antunes.

Fonte: acervo do GPHIAL.

O envolvimento do professor Clóvis no cotidiano da Fazenda Canto alcançou tanta notoriedade que, em vários registros fotográficos disponíveis no acervo do Grupo de Pesquisas em História Indígena de Alagoas (GPHIAL), localizado na UNEAL Campus III, o sacerdote aparece celebrando missas na igreja da aldeia ou conduzindo procissões, como a que foi realizada cultuando o Sagrado Coração de Jesus, na qual indígenas adultos transportaram o andor e crianças acompanharam a celebração carregando pratos ornamentados e com velas, afora uma banda de pífanos organizada pelo indígenas para animar os festejos, conforme podemos observar nas fotografias a seguir:



Imagem 2: Celebração da Procissão do Sagrado Coração de Jesus na Aldeia Fazenda Canto realizada pelo Padre Clóvis Antunes. S/d.

Foto: autor desconhecido.

Fonte: acervo do GPHIAL.

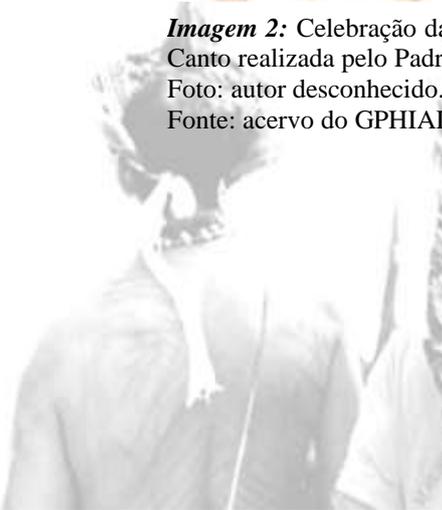


Imagem 3: Celebração da Procissão do Sagrado Coração de Jesus na Aldeia Fazenda Canto realizada pelo Padre Clóvis Antunes. S/d.

Foto: autor desconhecido.

Fonte: acervo do GPHIAL.

Com a iminência do Golpe Militar de 1964, o ensino universitário no Brasil passou por alterações sistemáticas e, em muitas Instituições de Ensino Superior, vigorou o sistema de docência por cátedras. Escolhidos pelo grupo político vigente ou através de concurso, os professores catedráticos, geralmente, exerciam funções coadunadas aos anseios do poder autoritário e eram providos de prestígio político por contribuírem com o controle das atividades acadêmicas pelos militares¹¹.

A criação de um concurso para a “Cadeira de Ciências e Biologia” na Universidade Federal de Alagoas (UFAL) estimulou o então professor Clóvis Antunes a escrever uma Tese composta por 19 partes como requisito para atuar no magistério superior, finalizada em 1965 e intitulada: “Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: “os Chucurus de Palmeira dos Índios””. É um texto pouco citado em pesquisas históricas posteriores ao processo de formação da Aldeia Fazenda Canto, no entanto, reúne importantes registros iconográficos, sanitários, numéricos e históricos sobre os Xukuru-Kariri na primeira década de formação territorial indígena reconhecida pelo Estado no contexto republicano e de gerência do SPI através do Posto Irineu dos Santos.

Desse modo, analisaremos a Tese como documento histórico e antropológico acerca dos Xukuru-Kariri. Será um exercício de reflexão sobre as importantes informações acerca dos indígenas em Palmeira dos Índios, pensando em contribuir na motivação para novas pesquisas sobre a Aldeia Fazenda Canto, baseadas nos registros do professor Clóvis em meados da década de 60 do século XX.

Na introdução do texto, o autor discutiu brevemente dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos à Palmeira dos Índios em 1960 e descreveu o inovador método de pesquisa para a escrita da Tese, baseando-se em entrevistas com indígenas idosos habitantes na Aldeia Fazenda Canto e outros que viviam transitando entre o território indígena e atividades sazonais de trabalho.

Na primeira parte, o autor tratou do processo de aldeamento de “indígenas que viviam espalhados no município e circunvizinhanças”, principalmente, na “Gruta Cafurna”, “Serra da Capela”, “Serra da Boa Vista” e “Serra da Palmeira”. Sobre a formação do Posto Indígena Irineu dos Santos, Clóvis mencionou o livro “Etnologia Brasileira. (Fulni-ô os Últimos Tapuias)”, publicado por Estevão Pinto em 1956 e evidenciou os contatos inter-étnicos¹² entre

¹¹Para um maior entendimento sobre o sistema de cátedras no período da Ditadura Militar de 1964, ver: (Saviani, 2008, p. 311; Bittar e Ferreira Júnior, 2006).

¹²Ver (Barth, 2011).

os Xukuru-Kariri e os Xukuru do Ororubá¹³, ocorridos durante os embates regionais e em revoltas liberais em Alagoas e Pernambuco, combatendo contra ou a favor do Império, a depender de interesses e demandas próprias de cada povo indígena¹⁴.

Quando o professor Clóvis escreveu a Tese, a Aldeia Fazenda Canto era habitada, oficialmente, por 52 famílias, tendo como fundamento um “recenseamento (1960), realizado pela Paróquia, cujo total [era] de 280 pessoas” que viviam perambulando pelos derredores de Palmeira dos Índios e padecendo com diversas enfermidades ocasionadas por varíola, cólera, esquistossomose, dentre outros fatores. A falta de terras e de recursos financeiros foi o cerne que originou o movimento de formação da aldeia com a união dos “Caboclos [que] andavam pelo mundo”¹⁵.

Apesar de registrar a significativa presença de indígenas que continuavam atuando em trabalhos fora da Fazenda Canto, o pesquisador informou sobre a fragilizada situação social daqueles que, inicialmente, se deslocaram para o território recém adquirido pelo SPI para formar o Posto Irineu dos Santos: “Certamente os que forma habitar a Fazenda Canto são os que não possuem recursos financeiros suficientes para viver, ou não possuíam terras para plantar, porque há muitos indígenas que ainda hoje moram fora do aldeamento” (Antunes, 1965, p. 03).

Na parte inicial da Tese, também encontramos a transcrição da carta que o Cacique Alfredo Celestino enviou ao SPI e, ainda, uma entrevista realizada com o Monsenhor Alfredo Dâmaso, ressaltando o encontro do sacerdote com o líder indígena antes do reconhecimento territorial Xukuru-Kariri pelo Estado. Ainda na primeira parte, o pesquisador também apresentou a escritura da Aldeia Fazenda Canto, registrada no Cartório de Palmeira dos Índios. No documento oficial, enfatizou-se o péssimo estado de conservação da propriedade adquirida e dos imóveis repassados pelo “Seu” Juca Sampaio ao órgão indigenista¹⁶.

A segunda parte da Tese foi reservada às descrições das condições sobre as habitação e agricultura dos indígenas no início da década de 60 do século XX. Além de analisar os dados demográficos de um censo realizado pelos dirigentes do Posto Irineu dos Santos em 1961, o professor foi testemunha ocular do descaso habitacional na Fazenda Canto em épocas de pesquisa, afirmando que os indígenas viviam “em pobreza extrema sem o mínimo de conforto e assistência”. O religioso chamou de “latadas humanas” as casas de taipa que abrigavam 12 ou

¹³Para uma descrição e discussão historiográfica aprofundada sobre os Xukuru do Ororubá, ver (Silva, 2017).

¹⁴Ver (Dantas, 2018).

¹⁵Ver (Antunes, 1965, p. 03).

¹⁶(Idem, p. 05).

14 pessoas de um mesmo núcleo familiar, vivendo privadas de acomodações sanitárias e desprovidos de luz elétrica¹⁷. Descrevendo outras acomodações de taipa utilizadas pelos Xukuru-Kariri, escreveu:

Dispersas pelos morros e vales. São casas muito rústicas, tôdas de taipa, geralmente cobertas com telhas, embora haja muitas delas cobertas com palhas de coqueiro, de ouricuri ou sapo. Raríssimas são as casas construídas de tijolo. A casa de taipa do S.P.I. fica a uns 500 metros da estrada de ferro que atravessa a aldeia. As casas de modo geral têm uma sala de frente, com um ou dois pequenos quartos, uma estreita cozinha onde se encontra o fogão de quatro tijolos para preparar os alimentos. O piso é de barro batido. Os quartos são bastante escuros. Possuem, às vezes, uma pequena janela. As casas medem geralmente quatro a cinco metros com um, dois ou três quartos. As casas são baixíssimas. O frontispício, não raro, tem dois metros de altura. Com dificuldade pode alguém passar pela porta (ANTUNES, 1965, p. 08).

Apesar da fragilizada estrutura habitacional, em 1965 o Posto Irineu dos Santos já dispunha de uma casa de farinha para empregar mão de obra Xukuru-Kariri, além do cultivo de palma forrageira em 20 tarefas e outros plantios distribuídos em 15 tarefas. Para transportar os cereais e tubérculos cultivados nas roças da Fazenda Canto, os indígenas construíram um carro de bois, tracionado por animais pertencentes ao órgão indigenista. Em 1961, por exemplo, foram produzidos 4, 050 kg de feijão mulatinho; 25.000 espigas de milho e 450 unidades de abóbora¹⁸.

Representada pelo Padre Ludgero, em 1965 a política assistencialista da Igreja Católica Romana já havia se instalado na localidade, com o pároco distribuindo leite em pó para os aldeados e fomentando a Organização de Cáritas Brasileira (N.C.W.C.), em consórcio com o programa “Alimentos para a paz”, a enviar 25 sacos de farinha de trigo; 50 caixas de leite em pó; 50 latas de óleo vegetal e 25 sacos de fubá aos Xukuru-Kariri, com promessa de distribuição continuada aos sábados¹⁹.

A terceira parte da Tese centrou na descrição religiosa dos indígenas. O autor afirmou que todos os habitantes da Aldeia eram batizados na Igreja Católica Romana e assim o faziam com os filhos logo após o nascimento, além de frequentarem as festividades na Paróquia de Palmeira dos Índios (conhecida por Catedral Diocesana) e na capelinha da Fazenda Canto, em sua maioria, as mulheres e crianças indígenas²⁰. Práticas que ofuscavam as expressões

¹⁷(Idem, p. 08).

¹⁸Ver (Antunes, 1965, p. 09).

¹⁹(Ibidem).

²⁰(Idem, p. 10-11).

socioculturais dos indígenas, como o culto aos Encantados nos espaços “Particulares”, descrevendo-as em partes posteriores da Tese, distante da “situação religiosa”²¹.

A ênfase no suposto conformismo indígena diante da imposição religiosa foram notórias na Tese, pois o autor afirmou que no pequeno templo construído pelos indígenas e ‘protegido’ por Nossa Senhora Aparecida, eram celebradas missas aos domingos e na primeira sexta-feira do mês, aglutinando fiéis indígenas, agricultores e fazendeiros avizinados, aumentando a quantidade de partícipes nas celebrações novenais e no dia 12 de outubro, durante as festividades para a padroeira²².

Na quarta parte da Tese, Clóvis Antunes descreveu as práticas sanitárias indígenas. Em decorrência da subnutrição e pela ausência de calçados, muitos Xukuru-Kariri foram acometidos com avitaminoses e verminoses, afora a inoperância da assistência médica regular na Aldeia Fazenda Canto. Quando algum indígena necessitava de atendimento hospitalar, deveria ser encaminhado ao serviço público de saúde em Palmeira dos Índios, por intermédio do Posto Irineu dos Santos ou por indicação da Paróquia, sob a incumbência do Pe. Ludgero. A falta de aparato hospitalar forçava indígenas a recorrerem às parteiras quando entravam em trabalho de parto: “As mães ao dar à luz são assistidas por parteiras leigas com é hábito nas humildes e distantes zonas rurais. Muito raramente são assistidas nas casas de saúde e hospital da Cidade. Aliás, quando tive contacto com os xucurus, o hospital e a maternidade tinham sido recentemente inaugurados” (Antunes, 1965, p. 11).

Além de ter presenciado o péssimo estado sanitários dos indígenas, com precária alimentação e ausência de banheiros e fossas, Clóvis Antunes anexou à Tese um relatório produzido pela Secretaria de Saúde e Assistência Social do Departamento Estadual de Saúde do Estado de Alagoas em 1962. No citado documento, constam informações sobre exames realizados com os Xukuru-Kariri e acerca dos envios de medicamentos pelo Serviço de Unidades Sanitárias Aéreas (SUSA)²³.

A quinta parte da Tese tratou da assistência educacional na Aldeia Fazenda Canto. Construída pelos indígenas e custeada pela Igreja Católica Romana, a “Escola de letras” era atendida por uma professora “leiga”, indicada pelo governo municipal de Palmeira dos Índios. Dos 60 alunos matriculados na época da pesquisa, apenas 10 ou 12 eram assíduos²⁴, a maioria

²¹Em outro texto, foram discutidas as práticas religiosas Xukuru-Kariri em Palmeira dos Índios. Ver (Rocha, 2020, p. 138).

²²(Idem, p. 10).

²³Ver (Antunes, 1965, p. 12).

²⁴Ao pesquisar a diminuta frequência dos indígenas Xukuru-Kariri e Kariri-Xocó nas escolas dos Postos Indígenas Irineu dos Santos e Padre Alfredo Dâmaso, um pesquisador afirmou que: “[...] os argumentos frequentemente

ajudava os pais nas atividades agrícolas, conforme o professor afirmou: “As crianças não frequentam a escola, ou porque têm necessidade de ajudar os pais na roça, ou porque já repetiram dois ou três anos a mesma classe”. Além de ser indicada pelo prefeito, a professora residia nas proximidades da aldeia e exercia influência política na localidade. Com o desprovimento de quadros didáticos, o espaço escolar também era utilizado para fins políticos: “Destoando com a finalidade de uma escola, havia na parede cartazes de propaganda política, após onze meses de eleição, com os dizeres otimistas: “unidos venceremos”” (Antunes, 1965, p. 13). Além das aulas para o ensino básico, havia um curso de corte e costura ministrado por professora indígena no Posto Irineu dos Santos²⁵.

A sexta parte da Tese foi elaborada a partir de entrevistas sobre a vida social na Aldeia Fazenda Canto; processos migratórios, principalmente dos Xukuru do Ororubá, habitantes em Pesqueira, Pernambuco, e dos indígenas Pankararu que se deslocavam de Brejo dos Padres, também interior pernambucano, pela ausência de bons invernos; acerca dos “modos de viver” aldeados, dentre outras cenas do cotidiano. Ao entrevistar um indígena chamado pelo autor de “Velho Santana”, o “caboclo mais velho do aldeamento”, ouviu relatos da participação Xukuru-Kariri na Guerra do Paraguai, entre 1864 e 1870, quando os indígenas foram recrutados para combater pelo Império, com muitas mortes nos embates e recompensas após o conflito. No decorrer da entrevista, Santana apresentou uma narrativa sobre a gênese do universo e tratou das expressões religiosas e socioculturais indígenas²⁶.

Na sétima parte da Tese o autor discutiu o toré como expressão sociocultural Xukuru-Kariri, descrevendo como sinal diacrítico e permeado de significados distintos, dependendo do momento em que era realizado, com conotação religiosa ou festiva. O autor transcreveu 11 torés cantados pelos indígenas ao longo da pesquisa e alguns arranjos musicais a serem utilizados por instrumentistas para reproduzir os sons da expressão étnica e política indígena²⁷.

Da oitava a décima parte, o professor Clóvis Antunes descreveu a celebração de uma festa católica romana na Aldeia Fazenda Canto; apresentando algumas informações acerca do universo religioso Xukuru-Kariri e sobre um cachimbo de barro, chamado de Quaki,

usados para a desistência ou para a ausência de estudantes na escola era a necessidade de sair para o trabalho. Analisando a documentação, os mais faltosos foram os jovens, que possivelmente tinham uma vida ativa no trabalho do campo, obedecendo uma lógica articulada com as épocas de plantio e colheita nas comunidades, sem que a escola modificasse seu calendário para atender as necessidades locais” (Ferreira, 2020, p. 41).

²⁵Ver (Ferreira, 2020, p. 210-216).

²⁶Ver (Antunes, 1965, p. 15-17).

²⁷(Idem, p. 19-23).

considerado “misterioso” e utilizado apenas por indígenas como elo de ligação com a comunidade²⁸.

A décima primeira parte foi dedicada a uma entrevista realizada com um indígena Xukuru do Ororubá que trabalhava na sede da IR-4, no Recife, interpelando-o sobre “as tradições dos caboclos palmeirenses”. Ainda na 11ª parte, transcreveu um relatório feito por Cícero Cavalcanti de Albuquerque, auxiliar do SPI que atuava em um Posto Indígena instalado na Serra do Ororubá em 1954²⁹.

Na décima segunda parte da Tese, constam informações sobre um ossuário indígena encontrado em Palmeira dos Índios por Clóvis Antunes, na companhia de Alfredo Celestino, Miguel Celestino, Milton Celestino, Manuel Celestino, Benedito Celestino e dos estudantes Carlos Eugênio e Francisco Vieira Barros. O pesquisador foi estimulado pela descrição do advogado e etnólogo pernambucano Carlos Estêvão de Oliveira, quando esteve em Palmeira dos Índios reunindo fontes para escrever um texto sobre a presença indígena no Nordeste, publicado em 1941. Além de ossos, cachimbos e outros achados arqueológicos, Clóvis Antunes evidenciou urnas funerárias usadas pelos Xukuru-Kariri para “plantar” os antepassados, chamadas de igaçabas e encontradas durante as incursões na Serra do Goití³⁰.



Imagem 4: “Alfredo Celestino com igaçaba encontrada no Serrote do Goití na Cafurna. 1963”.

Foto: autor desconhecido.

Fonte: (Antunes, 1965).

²⁸(Idem, p. 27-28).

²⁹(Idem, p. 29-32).

³⁰(Idem, p. 32).

Na décima terceira parte, o autor transcreveu narrativas indígenas que ouviu sobre eventos históricos ocorridos entre os Xukuru-Kariri em momentos anteriores ao processo de reconhecimento étnico pelo Estado com a instalação do Posto Irineu dos Santos³¹. Na décima quarta parte, o autor descreveu um relatório encontrado no Museu do Estado de Pernambuco (MEPE), publicado pelo etnólogo Carlos Estêvão de Oliveira sobre as pesquisas realizadas entre os Xukuru-Kariri em 1937³². Na décima quinta, o autor tratou dos momentos em que os indígenas dançavam o toré em Palmeira dos Índios, eventos classificados por Clóvis Antunes como “festa dos índios”³³.

Na décima sexta parte da Tese, o pesquisador apresentou dados demográficos da Aldeia Fazenda Canto e, no décimo sétimo, um “glossário” de termos próprios dos Xukuru-Kariri, acrescido de um mapa de Alagoas com ênfase para os territórios indígenas reconhecidos até o período de realização da pesquisa³⁴. Na décima oitava parte da Tese, transcreveu um “dicionário Iattê”, língua indígena utilizada pelos Fulni-ô, habitante em Águas Belas, Pernambuco, relacionando a alguns termos usados pelos Xukuru-Kariri³⁵.

Na última parte, Clóvis Antunes apresentou um “Plano de assistência bio-social” para “integrar” os Xukuru-Kariri na Aldeia Fazenda Canto aos habitantes de Palmeira dos Índios, de modo que houvesse uma gerência indígena fundamentada pelo trabalho e dissociada do apoio estatal, intermediado pelo Posto Irineu dos Santos. Para tanto, o “planejamento” seria baseado na seguinte sistemática: distribuição agrária equitativamente entre as famílias que habitavam na aldeia; educação de base com orientação trabalhista e profissionalizante; perfuração de poços artesianos e distribuição hídrica com o auxílio do Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS); assistência médico-higienista; organização nutricional; construção de casas em alvenaria e fomento de cooperativas para estimular as frentes de trabalho e eletrificação da comunidade, a ser realizada pela então Companhia Elétrica de Alagoas (CEAL)³⁶.

Embora tenha sido proposta uma série de alterações no funcionamento da Aldeia Fazenda Canto, os registros documentais citados ao longo da Tese constituíram primordiais informações para desconstruir reiteradamente as proposições do autor com a suposta “integração” Xukuru-Kariri à sociedade, pois, apesar de sabermos que seria anacronismo julgar o texto escrito na segunda metade do século XX à luz das pesquisas atuais, propor utopicamente

³¹Ver (Antunes, 1965, p. 35-36).

³²(Idem, p. 37-38).

³³(Idem, p. 39).

³⁴Ver (Antunes, 1965, p. 41-48).

³⁵(Idem, p. 49-72).

³⁶(Idem, P. 72-75).

alterações no cotidiano dos aldeados como solução fácil para os problemas engendrados desde o processo de formação da Aldeia Fazenda Canto foi uma forma de negar a malversação do SPI ao longo dos primeiros anos de atuação no Semiárido alagoano com a instalação do Posto Indígena Irineu dos Santos³⁷.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As diferentes formas de analisar o passado e a impossibilidade reconstituí-lo plenamente foram descritas pelo literato colombiano Gabriel García Márquez (Gabo) como os “espelhos quebrados da memória”³⁸. Ao analisar as profundas relações do povo Xukuru-Kariri com o território indígena em Palmeira dos Índios, pretendemos, com esse artigo, “recompôr, com tantos estilhaços dispersos”, fragmentos históricos e memórias indígenas sobre o processo de formação da Aldeia Fazenda Canto nos primeiros anos de existência, utilizando como amparo documental uma Tese escrita pelo professor Clóvis Antunes em 1965.

As reflexões sobre a atuação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) no Nordeste indicam que o órgão indigenista representou a possibilidade de vários povos indígenas serem reconhecidos pelo Estado e terem, parcialmente, o retorno territorial dos antigos aldeamentos³⁹, legalmente extintos por autoridades provinciais entre meados e fins do século XIX. Em Alagoas, as mobilizações pela instalação de postos indígenas e amparo estatal provocaram agitações entre famílias indígenas vivendo nas periferias das pequenas cidades e ocupando postos de trabalho na lavoura canavieira, em fazendas de gado, roças, olarias, dentre outras atividades.

Embora pareça ser um simples movimento de ocupação fundiária, a formação da Aldeia Fazenda Canto pelos Xukuru-Kariri envolveu diferentes atores políticos e acentuou alterações sistemáticas nas práticas agrícolas e na forma como se relacionaram com o ambiente, em razão das péssimas condições de habitação, higiene e trabalho em épocas de atuação do Posto Indígena Irineu dos Santos na localidade, sob a incumbência do SPI.

Numa arena de disputas territoriais e em pleno exercício político, em função da junção entre o Estado, representado pelo SPI, e o poder municipal em Palmeira dos Índios,

³⁷Sobre a ingerência do órgão indigenista em Palmeira dos Índios, ver (Silva Júnior, 2013).

³⁸Ver (Márquez, 2002, p. 13).

³⁹Para compreender a sistemática de atuação do Serviço de Proteção aos Índios no Nordeste e como os postos indígenas interferiram diretamente no contexto social dos aldeados, inclusive, com o retorno territorial de partes dos antigos aldeamentos esbulhados, ver: (Peres, 1999; Silva, 2011; Silva Júnior, 2013).

representado por Juca Sampaio, as ações do órgão indigenista centraram-se na instalação e estruturação do Posto Indígena Irineu dos Santos. É necessário considerar as tentativas de dirimir a pequena extensão territorial relegada aos Xukuru-Kariri através de invasões por fazendeiros e da ingerência do SPI. A política assistencialista da Igreja Católica Romana e os meandros religiosos para o exercício da tutela, sob a direção do Pe. Ludgero, não foram bem recepcionados pelos indígenas, forçando os Xukuru-Kariri a se mobilizarem pelo reconhecimento e efetivação de direitos às terras reivindicadas⁴⁰.



⁴⁰Ver (Rocha, 2020; Silva Júnior, 2013; Peixoto, 2013).

REFERÊNCIAS

ANTUNES, C. 1965. **Comportamento bio-social de um grupo étnico de Alagoas: “os Chucurus de Palmeira dos Índios”**. Tese ao Concurso de Catedrático do Magistério do Exército. (Datilografado). (Disponível no acervo do GPHIAL).

ANTUNES, C. 1973. **Wakona-Kariri-Xukuru: aspectos sócio-antropológicos dos remanescentes indígenas de Alagoas**. Maceió, Imprensa Universitária.

BARTH, F. 2011. Grupos étnicos e suas fronteiras. In: POUTIGNAT, P; STREIFF-FERNART, J (Orgs.). **Teorias da etnicidade: seguimento de grupo étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth**. São Paulo, EdUNESP: 185-227.

BEZERRA, D. S. 2020. **Com os índios: Padre Alfredo Dâmaso, os Fulni-ô e as mobilizações indígenas no Nordeste**. Maceió, Editora Olyver.

BITTAR, M; FERREIRA JÚNIOR, A. 2006. A Ditadura Militar e a proletarização dos professores. **Educação & Sociedade** [online], Vol. 27, N°. 97:1159-1179. [Consultado em 06-11-2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v27n97/a05v2797.pdf>

DANTAS, M. A. 2018. **Dimensões da participação política indígena: Estado nacional e revoltas em Pernambuco e Alagoas, 1817-1848**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional.

FERREIRA, G. G. 2020. **Educação formal para os índios: as escolas do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) nos postos indígenas em Alagoas (1940-1967)**. Maceió, Editora Olyver.

MÁRQUEZ, G. G. 2002. **Crônica de uma morte anunciada**. Rio de Janeiro, Record.

MARTINS, S. A. C. 1994. **Os caminhos da aldeia: índios Xukuru-Kariri em diferentes contextos situacionais**. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Departamento de Ciências Sociais, Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Pernambuco.

OLIVEIRA, C. E. 1941. O Ossuário da "Gruta-do-Padre", em Itaparica, e algumas Notícias sobre Remanescentes Indígenas do Nordeste. **Boletim do Museu Nacional**, Rio de Janeiro, Vol. XVII:184.

PEIXOTO, J. A. L. 2013. **Memórias e imagens em confronto: os Xucuru-Kariri nos acervos de Luiz Torres e Lenoir Tibiriçá**. Dissertação de Mestrado em Antropologia, Programa de Pós-Graduação em Antropologia, Centro de Ciências Aplicadas e da Educação, Centro de Ciências Humanas, Letras e Arte, Universidade Federal da Paraíba.

PERES, S. 1999. Terras indígenas e ação indigenista no Nordeste (1910-67). In: OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A viagem de volta: etnicidade, política e reelaboração cultural no Nordeste indígena**. Rio de Janeiro, Contra Capa: 41-90.

PINTO, E. 1956. **Etnologia Brasileira. (Fulni-ô os Últimos Tapuias)**. São Paulo, Companhia Ed. Nacional.

ROCHA, A. S. 2020. **Xukuru-Kariri: migrações, cotidiano e dimensões do trabalho indígena em Alagoas e no Sudeste do país (1952-1990)**. Maceió, Editora Olyver.

SAVIANI, D. 2008. O legado educacional do regime militar. **Educação & Sociedade** [online], Vol. 28, N°. 76: 291-312. [Consultado em 06-11-2020]. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ccedes/v28n76/a02v2876.pdf>

SILVA, E. 2011. Xukuru: a conquista do posto. O início da atuação do SPI entre os Xukuru do Ororubá (Pesqueira-PE). In: FREIRE, Carlos Augusto da Rocha (Org.). **Memória do SPI: textos, imagens e documentos sobre o Serviço de Proteção aos Índios (1910-1967)**. Rio de Janeiro, Museu do Índio-FUNAI: p. 275-283.

SILVA, E. 2017. **Xukuru: memórias e história dos índios da Serra do Ororubá (Pesqueira/PE), 1950 – 1988**. Recife, EdUFPE.

SILVA JÚNIOR, A. B. 2013. **Aldeando sentidos: os Xucuru-Kariri e o Serviço de Proteção aos Índios no Agreste alagoano**. Maceió, EdUFAL.

